



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO

Estado do Rio Grande do Sul

Fone: (53) 3224-0120 Fax: (53) 3224-0031

Avenida dos Pinhais, 53 – CEP 96150-000

CNPJ 91558650/0001-02

www.pmmorroredondo.rs.gov.br

Of. 338/2024

Morro Redondo, 19 de Setembro de 2024

Ao senhor
Rui Valdir Otto Brizolara
Prefeito
Prefeitura Municipal
Morro Redondo - RS

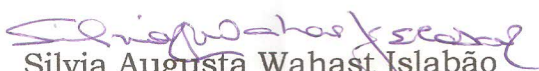
Assunto: Dispensa de Licitação para Aquisição de Peças para o Veículo Master Renault de Placas JCH 4G55

Senhor Prefeito

1. Secretária de Saúde e Assistência Social, vem por intermédio deste solicitar dispensa de processo licitatório para aquisição de peças para o veículo Master Renault de placas JCH 4G55, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência em anexo,

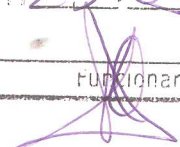
2. A referida dispensa justifica-se pela urgência desta aquisição com o objetivo de manter o veículo em condições de trafegabilidade, se faz necessária aquisição de peças e contratação de serviços, por se tratar do veículo utilizado no deslocamento de pacientes para o tratamento eletivo de consultas e exames nos municípios de referência.

Atenciosamente,


Silvia Augusta Wahast Islabão

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

P. M. MORRO REDONDO
SEC. ADM. E FINANÇAS
PROTOCOLADO Nº 65195
Em 23/09/24
Funcionário





PARECER

Acerca do OFÍCIO 338 /2024- SMSAS e dos documentos em anexo, o qual solicita dispensa de processo licitatório, conforme ETP, TR e orçamentos, tem-se o seguinte:

Fundamentação legal: *É correta a contratação por **dispensa de licitação** quando os valores envolvidos (no caso de **serviços de manutenção de veículos automotores**) enquadram-se nos limites atualizados de que trata o art. 75 inc. I, da Lei nº 14.133/2021(R\$ 119.812,02). Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 9.584,97, referente a serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, **incluído o fornecimento de peças**, estabelece o § 7º, do art. 75, da lei nº 14.133/2021.*

O art. 72, da NLLC, indica os elementos que deverão instruir os processos de contratação tanto por inexigibilidade quanto por dispensa de licitação.

Os documentos descritos nos incisos de I a VIII, do art. 72, objetivam verificar e certificar o preenchimento dos requisitos para que a contratação direta seja por inexigibilidade ou por dispensa, e selecionar a proposta que melhor atende ao interesse público, garantindo assim o planejamento e a economia da contratação e, por consequência, assegurando a transparência e o melhor uso dos recursos públicos.

Desde que atendidos os requisitos autorizadores da dispensa de licitação pela fundamentação acima citada, opina-se pela contratação pretendida, uma vez que, o parecer jurídico, inciso III, do art. 72, tem por finalidade verificar o preenchimento dos requisitos legais conforme processo autuado, numerado e protocolado.

Morro Redondo, 23 de setembro de 2024.

Graciela F. Bertoldi de Souza, assessora Jurídica